



A ATUAÇÃO DOCENTE E O (DES)PREPARO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Gabriely Dias Balestra¹

Andréa Silva Adão Reis²

RESUMO

Este estudo busca investigar se os professores estão devidamente capacitados para enfrentar os desafios apresentados pelos alunos da educação especial e inclusiva, apesar da falta de formação específica nessa área. Nos ambientes escolares, observa-se uma diferenciação no tratamento dos termos 'educação' e 'educação especial e inclusiva', o que pode sugerir uma falta de compreensão e preparação adequadas por parte dos educadores. A ausência de uma formação direcionada pode resultar em lacunas no entendimento das necessidades individuais dos alunos com deficiência e na falta de estratégias eficazes para apoiá-los em seu processo de aprendizagem. Esta carência na preparação dos professores pode contribuir para a perpetuação da exclusão e da desigualdade nas salas de aula, onde alguns alunos podem não receber o suporte necessário para alcançar seu pleno potencial acadêmico e social. Assim, torna-se fundamental investigar e abordar essa questão, visando promover uma educação verdadeiramente inclusiva e igualitária para todos os alunos.

Palavras-chave: educação; (des)preparo; docência; inclusão.

1 INTRODUÇÃO

A educação especial e inclusiva tem ganhado cada vez mais relevância no debate educacional, especialmente no Brasil, onde se busca a integração de todos os alunos no ambiente escolar, uma vez que seus direitos são respaldados por lei e que, independente de sua deficiência ou necessidade educacional especial, eles podem frequentar a escola regular de ensino (LDB LEI Nº9394/96, art. 58).

¹ Graduanda em Pedagogia pelo Centro Universitário do Sul de Minas (Grupo Unis). E-mail: gabriely.balestra@alunos.unis.edu.br

² Professora do Centro Universitário do Sul de Minas (Grupo Unis). Graduada em Letras e Pedagogia. Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF).



Apesar das políticas públicas que visam garantir essa inclusão, muitos docentes ainda encontram dificuldades para atender de maneira adequada e com qualidade as necessidades de alunos com deficiência e/ou necessidades educacionais especiais. Vemos muitos obstáculos, porém, um dos principais é o despreparo docente, que resulta da formação inicial e continuadas às vezes insuficiente em relação às práticas, ao trato e a metodologias inclusivas.

Não podemos deixar de considerar também que, mesmo que essa formação continuada aconteça e seja de qualidade, de nada adianta se a instituição de ensino não fornecer os recursos necessários para que a aprendizagem desse público seja significativa e de valor, pois, sem os meios necessários, o professor não conseguirá concretizar a aprendizagem desse aluno.

Esse cenário evidencia um descompasso entre a formação teórica dos professores e a realidade das salas de aula, seja nas escolas públicas ou privadas. Como consequência, a qualidade do ensino e o desenvolvimento desses alunos, não só no que diz respeito à educação, mas também a socialização, acabam sendo comprometidos.

Sendo assim, essa pesquisa se dispôs a analisar e entender os docentes nos quesitos de preparação para atuar com alunos com deficiência e NEE, e entender o que, na visão deles, poderia melhorar para que sua prática docente seja mais efetiva. Refletir sobre o papel do professor nesse processo é fundamental para alcançar uma educação inclusiva que respeite as diferenças e favoreça as individualidades.

2.O conceito histórico a respeito da educação especial e inclusiva

Tudo que sabemos sobre algo, sabemos porque aprendemos. Seja ler, andar de bicicleta, chegar a algum destino, entre outras infinitas possibilidades. A docência, em seu papel integral, ensina seus alunos mais do que está pré estabelecido nas Diretrizes Curriculares e na Base Nacional Comum Curricular, uma vez que passa grande parte do seu dia com eles e a convivência interpessoal respeitosa e com zelo é de extrema importância, pois as crianças e adolescentes levam esse docente como espelho e referência. Ensinar\aprender é a base da educação, mas afinal, como ela surgiu no Brasil?



A origem da educação no Brasil se dá na época da chegada dos Jesuítas (1549), onde os padres tinham como objetivo a missão de catequizar os nativos da época e espalhar a fé cristã. O ensino na intenção de catequizar se restringia apenas para os homens, ou seja: homens estudavam e mulheres cuidavam da casa e dos filhos. Possuía duas modalidades: a primeira voltada para os indígenas era centrada na leitura e escrita, e já a segunda que era voltada para os filhos dos colonos, consistia no ensino mais culto. Esse ensino se baseava na ausência de discussão, ou seja, o pensamento crítico era proibido. Assim, foi criada a “primeira escola brasileira” na colônia Portuguesa e, desde então, este é o ponto de partida para a construção da história da educação em nosso país.

O ensino dos jesuítas, em um certo momento, começou a ser alheio aos desejos da coroa portuguesa, pois ela queria colocar as escolas a serviço do Estado e não mais da igreja. Esse impasse de ideais fez com que os jesuítas fossem expulsos do Brasil. Após os Jesuítas saírem do Brasil, a história aponta que de 1759 a 1808 a educação é deixada de lado e esquecida, até que a Família Real chega e surgem os primeiros investimentos em cursos técnicos, aumenta-se a quantidade de escolas de ensino superior, instituições culturais e científicas, porém, as escolas populares (estudos primários e médios) são esquecidas e quase não acontecem avanços.

Com a Independência do Brasil em 1822, a escola primária começa a ser gratuita e de acesso a todos os cidadãos. Logo após, passa a ser dever do Estado se responsabilizar pela educação primária e secundária. Sendo assim, seguindo a ordem cronológica, no século XXI, vemos as configurações da educação básica, onde a mesma abrange a rede pública de ensino (municipal, estadual e federal) e as redes privadas. (SAVIANI, 2008)

Quando começamos a abordar a Educação Especial e Inclusiva, historicamente, este público-alvo foi negligenciado ao longo da história e eram perseguidas, executadas e excluídas das redes de ensino, sendo considerados doentes e incapazes, principalmente na área do saber. Tendo início na época do Império, começou com as instituições de ensino Meninos Cegos (1854) e Instituto dos Surdos Mudos (1857), ambos sendo localizados no Rio de Janeiro.

No início do século XX, a Italiana Maria Montessori, que se formou em Pedagogia e logo após em Medicina (se especializando em Psiquiatria), começou a notar que boa parte dos



problemas das crianças que eram seus pacientes vinha do mal desenvolvimento educacional, e não problemas de saúde propriamente ditos. Após esta percepção, Maria Montessori criou um método de ensino-aprendizagem para crianças com deficiência mental, método esse que se perpetua até hoje.

O público-alvo da educação especial e inclusiva abrange estudantes com necessidades educacionais especiais, como: deficiências físicas que, segundo Macedo (2008), pode ser uma alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física. Se enquadra, também, a deficiência intelectual:

Incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas. Esta inabilidade se origina antes da idade dos 18 anos (LUCKASSON, 2002).

Por fim existe a deficiência sensorial que se trata da parte visual e auditiva, e os transtornos do desenvolvimento ou superdotação:

Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2008, p.15).

Esses alunos demandam suporte e ajustes específicos para assegurar seu desenvolvimento integral em contextos escolares regulares. No século XX, se criam as primeiras Instituições de Acolhimento às pessoas com deficiência, em regime de internato. A primeira “evolução” ao acesso das pessoas com deficiência aconteceu em ambientes segregados, e o aluno tinha suas aulas em instituições separadas que são as denominadas “escolas de educação especial” ou, dependendo do caso, em um ambiente escolar regular. Na escola regular, o aluno era encaminhado para uma sala de aula separada somente para alunos com deficiência, e isso já era a inclusão propriamente dita para os profissionais da educação.



Sendo assim, esse aluno não participava de vivências sociais significativas com outros grupos e a alegação para esta separação era de que, de forma separada, esses alunos teriam acesso a uma qualidade de ensino mais significativa, porém, não se pensava nas relações deste aluno com o outro, a mesma lhe era privada e o contato social se baseava apenas nos profissionais do local. Na convivência o ser humano aprende práticas sociais extremamente importantes para seu desenvolvimento enquanto indivíduo da sociedade, e esses alunos da Educação Especial e Inclusiva eram privados de sequer brincar com uma outra criança considerada “normal”.

A educação especial oferece suporte personalizado a alunos com necessidades específicas, como deficiências, altas habilidades, dificuldades de aprendizagem, transtorno de déficit de atenção, através de recursos e práticas pedagógicas adaptadas. Já a educação inclusiva visa integrar todos os alunos em ambientes escolares comuns, eliminando barreiras para garantir igualdade de oportunidades e participação. Ambos os conceitos se complementam, promovendo o desenvolvimento e a aprendizagem de todos os estudantes com a mesma qualidade. Sendo assim, as duas formas (educação especial e educação especial e inclusiva) se complementam para uma maior qualidade de ensino e de vivência do aluno no ambiente escolar.

Um marco importante na trajetória da transição dos alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais para as escolas regulares de ensino foi a Declaração de Salamanca (1994), que reforçou a necessidade de educar esses alunos com o apoio necessário e na idade adequada. Podemos afirmar este fato quando citamos:

“As escolas devem ajustar-se a todas as crianças, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Isto inclui crianças com deficiências, e sobretudo, crianças da rua e crianças trabalhadoras, as crianças de populações remotas ou nômadas, crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de áreas ou grupos desfavorecidos ou marginalizados.” (UNESCO, 1994, p.3)

Quando a Educação Especial e Inclusiva chega aos espaços escolares, especialmente às instituições de ensino regulares, é necessário revisar as atualizações precisas em relação aos recursos utilizados no processo de ensino e aprendizagem para garantir que o público-alvo desta modalidade tenha acesso à educação significativa, que lhe é um direito. Porém, além dos recursos



educacionais, que esse aluno possua vivências em sociedade para que ele aprenda a se desenvolver e ter boas relações interpessoais não somente com o professor, mas sim, com todos no ambiente.

2.1 Teoria versus prática- aspectos ligados a educação especial e inclusiva

Nos cursos de formação de professores, seja na graduação em pedagogia ou nas licenciaturas de disciplinas específicas, pouco se fala em Educação Especial e Inclusiva para o tamanho e complexidade do assunto. Quando os estudantes destas mesmas graduações ou licenciaturas estão em processo de formação lhes é imposto alguns desafios hipotéticos para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais, porém, sabemos que desafios hipotéticos são distantes da realidade, onde muitos obstáculos podem aparecer e nos afrontar de forma que estejamos desprevenidos.

É necessário, também, cumprir a carga horária referente ao estágio curricular supervisionado na modalidade de educação especial e inclusiva, porém, quando esses estudantes chegam às escolas e enfrentam a realidade, o desafio se intensifica, pois, na maioria das vezes, eles tiveram apenas uma experiência limitada de observação, sem aprofundamento suficiente em educação especial e inclusiva. Isso se deve, em parte, às grades curriculares dos cursos de pedagogia e licenciatura, que são frequentemente sobrecarregadas e não permitem o devido preparo prático e teórico para lidar com as necessidades educacionais especiais, o que pode prejudicar a qualidade da inclusão.

Segundo Mantoan (2003), todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças. Quando vemos profissionais da área da educação se sentindo despreparados para este desafio que é a educação especial e inclusiva, devemos nos questionar sobre o que é necessário rever para que este cenário seja alterado.

O sistema educacional encontra inúmeros desafios perante a educação especial e inclusiva no que diz respeito aos docentes, uma vez que eles precisam traçar estratégias diversificadas para conseguirem proporcionar ao público-alvo desta educação algo sólido e de valor. De acordo com



Moreno, González e Araya (2021), o carinho, compromisso, domínio das metodologias de ensino e conhecimento acerca do assunto auxiliam extremamente na formação de aprendizagem destes educandos, que são dignos de uma qualidade de ensino.

Para que a relação professor-aluno funcione, é necessário que o docente entenda o que é deficiência e inclusão, como fazer esta inclusão acontecer em sua sala de aula e com seus alunos, para que, assim, o aluno se sinta acolhido e respeitado. Mas, antes disso, este mesmo docente precisa ter, no mínimo, um conhecimento teórico sobre o assunto “inclusão”, e esse conhecimento deve vir de sua formação- seja ela na graduação, continuada, cursos, etc. Como aponta Mantoan (2006, p. 15) “nos debates atuais sobre inclusão, o ensino escolar brasileiro tem diante de si o desafio de encontrar soluções que respondam a questão do acesso e da permanência dos alunos nas suas instituições educacionais.”

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

Quando falamos de deficiência, as mesmas são classificadas em 6 tipos: deficiência física ou motora, deficiência sensorial, deficiência intelectual, deficiência psicossocial, deficiência visceral e deficiências múltiplas. Neste texto abordaremos alunos com deficiência física, deficiência sensorial e deficiência intelectual, além de pessoas com necessidades educacionais



especiais que tem Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)³, Dislexia⁴, Discalculia⁵, entre outros.

Os alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais possuem limitações que impactam a capacidade de aprendizagem, raciocínio, resolução de problemas e execução de tarefas diárias. A inclusão social de pessoas com deficiência é essencial, exigindo a adoção de estratégias educacionais e sociais que promovam a autonomia, a plena participação e a valorização das diferenças individuais, uma vez que esse indivíduo possui, além do pleno acesso à educação, direito também a viver em sociedade de forma participativa e ativa.

À medida que a sociedade evolui e as transformações acontecem, o sistema de educação brasileiro se mostra estagnado por demorar a se atualizar ao que se refere ao assunto da inclusão, e aqui estamos falando de uma inclusão significativa, onde o aluno tenha pleno acesso aos seus direitos e a socialização de uma forma humanizada. Adianta as instituições de ensino regulares matricularem esses alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais e não lhes ofertar recursos, acesso ao conhecimento significativo, vivência e socialização?

No livro “INCLUSÃO ESCOLAR: O que é? Por que? Como fazer?” de Maria Teresa Mantoan (2015), vemos um trecho que diz: “Se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças.”. Será que estamos caminhando para que as diferenças sejam respeitadas e entendidas pela sociedade, ou isso seria algo distante de acontecer? Infelizmente o percurso ainda é longo, porém, mais do que necessário.

³ O TDAH é o termo atual para designar um transtorno desenvolvimental específico, observado tanto em crianças quanto em adultos, com os sintomas de déficits na inibição comportamental, atenção sustentada e resistência à distração. (Jafferian & Barone, p.120, 2015).

⁴ Dislexia é a incapacidade específica de aprendizagem, de origem neurológica. É caracterizada por dificuldades na correção e/ou fluência na leitura de palavras e por baixa competência leitora e ortográfica. Estas dificuldades resultam de um déficit fonológico, inesperado, em relação às outras capacidades cognitivas e às condições educativas. Secundariamente podem surgir dificuldades de compreensão leitora, experiência de leitura reduzida que pode impedir o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos gerais Lyon R, Shaywitz SE. A definition of dyslexia. Ann Dyslexia 2003; 53:1-14.

⁵ A criança discalculica poderá desenvolver todas as habilidades cognitivas necessárias nas demais disciplinas escolares, mas possuir certa deficiência durante a realização de uma ou mais operações matemáticas. Bernardi, J. e Dieter Stobäus, C. (2011). Discalculia: conhecer para incluir. Revista Educação Especial, 24 (39), 47-59.



2.2 A educação Especial e Inclusiva nas escolas regulares de ensino

Recentemente, tem sido notável um aumento considerável no contingente de crianças com deficiências intelectuais e outras demandas especiais inscritas nas instituições de ensino regulares. Essa tendência evidencia o crescente reconhecimento da relevância da educação inclusiva e a efetivação de medidas governamentais que assegurem o acesso à educação para todos os grupos.

Citando, como exemplo, alunos com TEA (Transtorno do espectro autista), podemos ver um aumento de 77.102 (2017) para 105.842 (2018), ou seja: uma porcentagem de 37,28% de matrículas novas em escolas regulares (GROSSI, 2020). Esses números foram extraídos do Censo Escolar, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Sabemos que, em teoria, quem tem que se adaptar às especificidades de seus alunos- seja esse aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais ou não- são os docentes e a instituição de ensino. Porém vemos na prática que muitas vezes isso é apenas um cenário ilusório. Quando o professor já teve em sua turma um aluno atípico⁶ e recebe um segundo em sua turma, será que o processo educacional e social será o mesmo do primeiro, ou existe um preparo por parte da docência juntamente com a instituição para que tudo com esse aluno seja de forma diferente, ou seja, uma experiência individualizada e voltada para suas especificidades? Quando essa docência não possui o conhecimento teórico e prático sobre essa educação especial e inclusiva o desafio aumenta. Isso se dá muitas vezes porque, segundo Mittler (2000), os professores do ensino regular consideram-se incompetentes para lidar com as diferenças nas salas de aula, especialmente atender os alunos com deficiência, pois seus colegas especializados sempre se distinguiram por realizar unicamente esse atendimento e exageraram essa capacidade de fazê-lo aos olhos de todos.

⁶ Aluno atípico é todo aquele que tem um desenvolvimento diferente do esperado para a sua idade, devido a uma deficiência intelectual ou física, por exemplo. O termo desenvolvimento atípico foi formulado por **Vigotski (1995a, 1995b)**, para designar o desenvolvimento cultural das funções psíquicas superiores prejudicado pela deficiência. Esse termo é empregado por alguns autores vinculados à Teoria Histórico-cultural.



“A atitude do professor assume uma função importante no processo de ensino aprendizagem dos alunos. Ela é fundamental para o sucesso de qualquer mudança educacional, particularmente na construção de uma escola inclusiva” (SILVA; RIBEIRO; CARVALHO, 2014)

É notório que o desafio referente ao trato de alunos com deficiência e/ou com necessidades educacionais especiais é algo complexo, porém, quando feito com uma base sólida onde a Instituição seja precavida e ofereça recursos, a família seja presente, a Gestão esteja sempre atualizando os profissionais da escola, e o docente aceite o desafio com amor e seriedade, o desafio pode ser concluído. Porém, quando entramos no mérito de “preparo”, muitos docentes se sentem desmotivados e inseguros ao primeiro momento, e alguns durante toda a profissão.

Quando os professores não recebem a formação necessária para lidar com alunos que possuem deficiência, é comum observar um tratamento marcado por desafios e dificuldades nas escolas regulares. Muitas vezes, em vez de adotar abordagens pedagógicas embasadas, prevalece o senso comum. Isso pode resultar em uma inclusão superficial ou problemática, onde os professores se sentem despreparados para adaptar o currículo, oferecer suporte individualizado ou criar estratégias de ensino adequadas.

Como consequência, tais alunos podem enfrentar estigmatização, expectativas acadêmicas reduzidas e até mesmo exclusão social. A falta de preparo adequado muitas vezes leva os professores a adotarem uma abordagem reativa, se sentindo sobrecarregados e incapazes de proporcionar um ambiente genuinamente inclusivo. Diante disso, torna-se evidente a importância da capacitação contínua dos educadores e da promoção de uma cultura escolar que valorize e que implemente a diversidade.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O recurso metodológico para desenvolver o trabalho proposto encontra-se embasado na abordagem qualitativa e se dará em dois estágios, sendo eles:

Primeiro momento: pesquisa bibliográfica em textos de artigos científicos, livros e outros meios de comunicação.



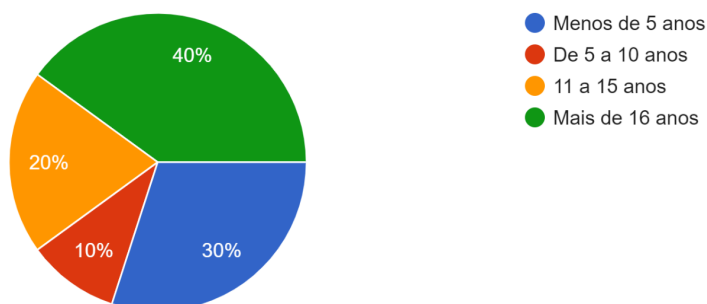
Segundo momento: Serão entrevistados, para uma análise qualitativa, através de um Google Forms, 8 professores, sendo eles 4 iniciantes que se formaram em até no máximo 5 anos, e 4 com mais de 16 anos de experiência, ou seja, que se formaram antes da Política Nacional de Educação Especial de 2008. O grau de atuação não será afunilado, pois assim teremos respostas mais abrangentes. Esse Google Forms teve, ao todo, 7 perguntas, sendo elas: 2 questões abertas e 5 questões fechadas. As questões fechadas foram o início do formulário e, logo em seguida, o mesmo seguiu com as perguntas abertas.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Segundo a pesquisa de campo realizada via Google Forms, com docentes de diferentes segmentos e de diferentes tempos de atuação na área, com a intenção de compreender os desafios enfrentados pela docência mediante ao trato de alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais, algumas concepções puderam ser constatadas, e a referida pesquisa tomou um rumo diferente do esperado, porém muito interessante, contradizendo as expectativas iniciais e revelando novos desafios que precisam de atenção e de serem superados.

Você atua na área da educação há quantos anos?

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora



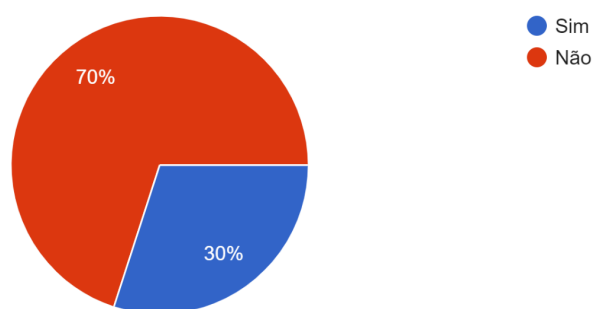
O gráfico acima nos mostra o tempo de atuação dos profissionais da área da educação que participaram da pesquisa e, como veremos nos relatos referentes às questões abertas do formulário, o empecilho para a maioria é o mesmo.

O questionário também procurou abordar a questão da formação para trabalhar com a educação especial e inclusiva nos cursos de graduação e, também, de cursos e treinamentos após iniciarem sua carreira docente que foram organizados ou oferecidos por alguma instituição de ensino em que tenha trabalhado. Em relação ao preparo na graduação, 40% relataram que não o tiveram. Já em relação a cursos e formações continuadas ofertadas por instituições de ensino, 20% alegaram que receberam formação apenas uma vez, 50% que receberam mais de uma vez e 30% que nunca receberam essa formação.

Ainda, nos gráficos, quando questionado se os participantes se sentem preparados para lecionar para alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais, a resposta foi a seguinte:

Você se sente preparado para lecionar para alunos com deficiência ou com necessidades educacionais especiais?

10 respostas



Fonte: elaborado pela autora

Muitos professores enfrentam inseguranças ao trabalharem com esse público-alvo, e essa insegurança pode vir de vários fatores, como, por exemplo, formação específica e continuada nessa área. Segundo Sampaio (2009, p.149) enquanto as professoras falam de um despreparo de



ordem pedagógica, salientamos que também está em jogo um despreparo psíquico para lidar com a realidade, às vezes tão difícil de aceitar, que a deficiência trás, como, também, no caso da prática docente, apontar os limites de uma prática pedagógica voltada, prioritariamente, para as aquisições cognitivas.

Porém, o fator que mais teve relevância quando questionado quais as medidas necessárias para melhorar a qualidade do atendimento a esses alunos foi a falta de materiais adequados e, principalmente, a sala de recursos⁷. Uma das respostas para essa questão foi *“Estrutura física adequada, adaptação de aulas para receber esses alunos, inclusão real onde a aula e os materiais sejam adaptados para que todos os alunos, independente de suas particularidades, consigam participar em conjunto.”*

Sem os materiais adequados e uma sala de recursos para esses alunos, o desafio que já é grande se torna maior e mais complexo. Moretti e Corrêa (2009, p.487) valorizaram esse serviço, afirmando que na perspectiva inclusiva a sala de recursos tornou-se muito importante, “pois visa oferecer o apoio educacional complementar necessário para que o aluno se desempenhe e permaneça na classe comum, com sucesso escolar”.

Por fim, é necessário destacar que o despreparo desses profissionais e suas inseguranças, muitas vezes, como relata a pesquisa, se faz por falta de recursos e materiais adequados para que esses alunos tenham a mesma qualidade de ensino do que qualquer outro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta pesquisa, fica evidente, a partir dos dados coletados, que a insegurança dos docentes em relação ao atendimento a alunos com deficiência ou necessidades educacionais especiais é um fator crítico que compromete a eficácia da inclusão escolar. Essa insegurança

⁷ As salas de recursos multifuncionais são espaços organizados com equipamentos, mobiliários e materiais pedagógicos para a oferta de um Atendimento Educacional Especializado (AEE) cujo seus objetivos são promover as condições de participação e aprendizagem aos alunos com os diferentes níveis de deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (superdotação), matriculados na rede pública, seja ela Municipal ou Estadual de ensino regular (Alves, 2006).



reflete um despreparo que se perpetua, independentemente do tempo de atuação ou das oportunidades de formação que esses profissionais tenham recebido. Apesar de muitos docentes afirmarem ter participado de cursos de atualização e capacitação, a sensação de inadequação persiste, revelando que a formação teórica por si só não é suficiente para enfrentar os desafios cotidianos da sala de aula.

Os dados da pesquisa também indicam que a falta de recursos materiais e pedagógicos adequados é uma das principais fontes de insegurança para esses educadores. Sem os instrumentos necessários para implementar práticas inclusivas, os docentes se sentem desamparados, o que prejudica não apenas a sua atuação, mas, principalmente, o aprendizado dos alunos que mais precisam de suporte. Assim, é imprescindível refletir sobre a urgência de melhorias na Educação Especial e Inclusiva dentro das escolas regulares, pois a inclusão não é apenas um direito, mas um aspecto fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Portanto, é essencial que haja uma revisão dos recursos disponibilizados nas instituições de ensino, tanto públicas quanto privadas. As escolas devem garantir uma infraestrutura adequada, bem como materiais e apoio pedagógico que viabilizem a prática inclusiva. Além disso, é necessário que as instituições de ensino se comprometam com uma formação contínua e prática dos docentes, que contemple não apenas a teoria, mas também a aplicação real das estratégias de ensino. Somente assim poderemos evitar que a inclusão se torne uma formalidade vazia, sem significado e impacto real na vida dos estudantes.

Ademais, o envolvimento de gestores, educadores e da comunidade escolar como um todo é crucial nesse processo de transformação. A promoção de um ambiente colaborativo, onde todos se sintam responsáveis pela inclusão, pode fazer uma diferença significativa. Programas de conscientização e sensibilização podem ajudar a desmistificar as barreiras enfrentadas por alunos com deficiência e fomentar um clima escolar mais acolhedor. Essa mudança de cultura é fundamental para que a inclusão deixe de ser um desafio a ser enfrentado com receio e passe a ser vista como uma oportunidade de enriquecimento mútuo.



Em síntese, a construção de uma educação inclusiva de qualidade requer um esforço conjunto e contínuo. Sem os investimentos e as estratégias adequadas, o sonho de uma educação que verdadeiramente atenda a todos os estudantes permanecerá distante. É hora de agir para que a inclusão se torne uma realidade concreta, onde cada aluno, independentemente de suas necessidades, possa trilhar seu caminho de aprendizagem em um ambiente que respeite e valorize suas singularidades.

Teacher and their (lack of) preparation for inclusive education

Resumo em inglês

This study seeks to investigate whether teachers are properly trained to face the challenges presented by special and inclusive education students, despite their lack of specific training in this area. In school environments, there is a differentiation in the treatment of the terms 'education' and 'special and inclusive education', which may suggest a lack of adequate understanding and preparation on the part of educators. The absence of targeted training can result in gaps in understanding the individual needs of students with disabilities and a lack of effective strategies to support them in their learning process. This lack of teacher preparation can contribute to the perpetuation of exclusion and inequality in classrooms, where some students may not receive the support they need to reach their full academic and social potential. It is therefore essential to investigate and address this issue in order to promote a truly inclusive and equal education for all students.

Keywords: education; (lack of) preparation; teaching; inclusion.

REFERÊNCIAS

BENAVIDES-MORENO, Nibaldo; ORTIZ-GONZÁLEZ, Gril; REYES-ARAYA, Daniel. *La inclusión escolar en Chile*: Observada desde la docencia. 2021.



BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro; GROSSI, Vitor Gabriel Ribeiro; GROSSI, Breno Henrique Ribeiro. ***O processo de ensino e aprendizagem dos alunos com TEA nas escolas regulares: uma revisão de teses e dissertações.*** Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento, v. 20, n. 1, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. ***Uma escola de todos, para todos e com todos: o mote da inclusão.*** Educação, v. 49, p. 127-135, 2003.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. ***Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?***. Summus Editorial, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim. ***Inclusão escolar: pontos e contrapontos.*** Summus Editorial, 2023.

MITTLER, Peter. ***Educação Inclusiva – Contextos sociais.*** Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. ***A pedagogia no Brasil: história e teoria.*** Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SILVA, Maria Deolinda Oliveira; RIBEIRO, Célia; CARVALHO, Anabela. ***Atitudes e práticas dos professores face à inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.*** Revista portuguesa de pedagogia, v. 47, n. 1, p. 53-73, 2014.



UNESCO. *Declaração de Salamanca e quadro de ação sobre necessidades educativas especiais*. Salamanca, Espanha, 1994.